



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2015/TJPA  
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2015/TJPA

Aos trinta e um dias do mês de março de 2015, o Estado do Pará, por intermédio do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, órgão do Poder Judiciário, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº. 3089, bairro do Souza, cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66.613-710, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.567.897/0001-90, doravante denominado TJPA, por seu Secretário de Administração, **ANÍBAL CORRÊA PINHEIRO**, brasileiro, servidor público, portador da carteira de identidade nº 1562404 PC/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº 391.715.662-87, designado pela Portaria nº. 470/2015-GP, publicada no Diário de Justiça de 03 de fevereiro de 2015, nos termos da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993; do Decreto Estadual nº. 876, de 29 de outubro de 2013; da Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1993 (Código de Defesa do Consumidor); e pelas demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº. 007/TJPA/2015 (processo nº PA-PRO-2014/02449) para o Registro de Preços nº 006/TJPA/2015, conforme homologação da Secretaria de Administração deste Egrégio Tribunal, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará em 26 de março de 2015, registram-se os preços oferecidos pela empresa **PARADA OBRIGATÓRIA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE ELETRÔNICOS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.446.995/0001-60, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Tuparendi, nº 34, bairro Itaquera Cep.: 08.220-480, e-mail: [poimport@terra.com.br](mailto:poimport@terra.com.br), fone: (11) 2781-1022/2074-1458/97014-2688, doravante denominada EMPRESA, neste ato representada por **ALLAN DE AZEVEDO ROCHA PAIXÃO**, portador do RG nº 25.875.919-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 263.545.508-24, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar para o item 04 do certame supracitado.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO** – O objeto da presente ata é o registro de preços para eventual aquisição de móveis e equipamentos para atendimento das necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I do edital, parte integrante desta ata.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS** – Esta ata de registro de preços é documento vinculativo obrigacional e seu prazo de validade não será superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, contado da publicação na Imprensa Oficial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Durante o prazo de validade desta ata, o TJPA não estará obrigado a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à EMPRESA, sendo, entretanto, lhe assegurado a preferência de contratação em igualdade de condições.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A partir da assinatura da presente ata, a EMPRESA assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, aos pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas neste instrumento e no termo de referência, ficando sujeita, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A retirada da nota de empenho será a caracterização do compromisso de efetuar a entrega do objeto da presente ata.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS** – Os preços ofertados pela EMPRESA constam no Termo de Homologação do certame, parte integrante desta ata.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
04	<b>APARELHO TELEFONE SEM FIO, NA COR PRETA:</b>  Dotado das seguintes funções: tecla mudo; tecla flash; tecla pausa; tecla tom; tecla rediscar; teclas * e # ; controle de volume da campainha; controle de alteração do tipo de sinalização do telefone de multifrequencial (T) para decádico (P) e vice-versa; alimentação AC c/ fonte 100 – 240 V ~50/60 Hz (automático); frequência operacional: na faixa de GHz; identificação de chamadas; agenda para o mínimo de 20 números; busca alfabética; opções de toque; armazenamento de chamadas; memória para rediscagem mínima dos 10 últimos números; cor cinza ou grafite; manual de instruções em português; assistência técnica nesta Capital, com bateria recarregável.	100	R\$ 70,00	R\$ 7.000,00
TOTAL			R\$ 7.000,00	

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Os preços, expressos em Real (R\$), serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação desta ata de registro de preços.

**CLÁUSULA QUARTA – DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS** – Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos fornecimentos ou bens registrados, cabendo ao TJPB promover as negociações junto a EMPRESA, observadas as disposições contidas na alínea “d”, do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº. 8.666/1993.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TJPB convocará a EMPRESA para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Se a EMPRESA não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A ordem de classificação das empresas que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Quando os preços de mercado se tornarem superiores aos preços registrados e a EMPRESA não puder cumprir o compromisso, o TJPB poderá:

I – liberar a EMPRESA do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

II – convocar as demais empresas para assegurar igual oportunidade de negociação.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Não havendo êxito nas negociações, o TJPB deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**PARÁGRAFO SEXTO** – O registro da EMPRESA será cancelado quando:

- I – descumprir as condições da ata de registro de preços;
- II – não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido pelo TJPA, sem justificativa aceitável;
- III – não aceitar reduzir os preços registrados, na hipótese destes se tornarem superiores àqueles praticado no mercado; ou
- IV – sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº. 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei nº. 10.520/2002.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do parágrafo anterior será formalizado por despacho do TJPA, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO OITAVO** – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado:

- I – por razão de interesse público; ou
- II – a pedido da EMPRESA.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO** – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, a contar da apresentação da respectiva nota fiscal, e desde que cumpridos todos os critérios estabelecidos no termo de referência (Anexo I) e estando devidamente atestada a nota.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O pagamento será feito através de boleto bancário ou crédito em conta corrente mantida pela EMPRESA no **Banco do Brasil, agência nº. 1530-X, conta corrente nº. 64.884-1**, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura emitida pela mesma em correspondência aos bens fornecidos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A nota fiscal ou fatura deverá vir acompanhada obrigatoriamente dos comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista, demonstrada através de consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e ao site da Justiça do Trabalho competente ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº. 8.666/1993.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Poderá o TJPA descontar o valor correspondente aos danos a que a EMPRESA der causa das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O TJPA poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou a indenizações devidas pela EMPRESA, nos termos desta ata.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Nenhum pagamento isentará a EMPRESA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do material/equipamento.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Para efeito de pagamento, o TJPA procederá às retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação em vigor, aplicáveis a este instrumento.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a EMPRESA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo TJPA, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

**CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA EMPRESA** – São obrigações da EMPRESA além das previstas nesta ata de registro de preços, a seguir especificadas, as demais previstas no edital e no termo de referência:

I – Executar fielmente o objeto da presente ata de registro de preços, obedecendo rigorosamente às exigências e especificações contidas no termo de referência, Anexo I do edital, que é parte integrante desta ata.

II – Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo TJPA.

III – Comunicar ao TJPA toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante a vigência da ata e fornecimento dos produtos;

IV – Manter durante a vigência da ata de registro de preços as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital convocatório apresentando, sempre que exigidos, os comprovantes de regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômica.

V – Acatar todas as exigências do TJPA, sujeitando-se à sua ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

VI – Atender às especificações contidas nesta ata de registro de preços, no edital convocatório, no termo de referência e na sua proposta, aos quais a EMPRESA fica vinculada.

VII – Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos, sujeitando-se às penas e às multas estabelecidas no edital e nesta ata, além da aplicação daquelas previstas na Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores, sem prejuízos das demais.

VIII – Assumir, por sua conta exclusiva, todos os custos e encargos resultantes da execução do objeto desta ata de registro de preços, inclusive impostos, taxas, fretes, emolumentos e suas majorações, incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto registrado.

IX – Em nenhuma hipótese poderá a EMPRESA veicular publicidade acerca do objeto da presente ata de registro de preços.

X – A EMPRESA se sujeita às disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº. 8.078/1990.

XII – A EMPRESA não poderá possuir em seu quadro de sócios e empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de desembargadores e juizes vinculados ao TJPA, bem como de ocupantes de cargos de direção e assessoramento, conforme art. 3º da Resolução nº. 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

XIII – Cumprir as demais obrigações constantes do termo de referência.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO TJPA** – São obrigações do TJPA, além das demais previstas nesta ata de registro de preços e nos anexos que integram e complementam o edital convocatório:

- I – Efetuar o pagamento das notas fiscais/faturas na forma e prazo estabelecidos.
- II – Observar para que, durante a vigência da ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.
- III – Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.
- IV – Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da EMPRESA.
- V – Comunicar à EMPRESA quaisquer irregularidades no fornecimento objeto desta ata, objetivando a imediata reparação.
- VI – Atestar a entrega e a aceitação dos produtos, bem como sua adequação às especificações exigidas, rejeitando os que não estiverem de acordo com as especificações do termo de referência, por meio de notificação à detentora do preço registrado.
- VII – Acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto, anotando em registro próprio os defeitos detectados nos fornecimentos e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam correção por parte da EMPRESA.
- VIII – Cumprir as demais obrigações constantes do edital e do termo de referência.

**CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO** – O acompanhamento e a fiscalização ficarão sob a responsabilidade do chefe do Serviço de Controle de Bens Patrimoniais do TJPA.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O TJPA promoverá o acompanhamento e fiscalização do objeto desta ata, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A fiscalização pelo TJPA não exclui nem reduz a responsabilidade da EMPRESA por quaisquer irregularidades na entrega do objeto, nem perante terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas.

**CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES** – Ficará impedida de licitar e contratar com o Estado do Pará, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, e será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, se for o caso, sem prejuízo das multas previstas no edital, nesta ata de registro de preços e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/1993, garantido o direito à ampla e prévia defesa, a EMPRESA que:

- a) convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a ata de registro de preços, não retirar a nota de empenho ou a ordem de autorização;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto desta ata;
- e) não manter a proposta, injustificadamente;
- f) falhar ou fraudar na execução do objeto desta ata;
- g) comportar-se de modo inidôneo;
- h) cometer fraude fiscal.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Pelo atraso na entrega, pela inexecução total ou parcial do objeto desta ata de registro de preços, pelo não atendimento às especificações contidas no termo de referência (Anexo I), e descumprimento de qualquer obrigação prevista no edital, nesta ata e nos instrumentos afins, o TJPA poderá aplicar à EMPRESA as seguintes sanções, além das previstas no *caput* desta cláusula, garantida a ampla e prévia defesa:

- a) advertência;
- b) multa, nos termos descritos no parágrafo quarto;
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – As sanções previstas no *caput* desta cláusula e nas alíneas *a* e *c* do parágrafo primeiro poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea *b* do parágrafo primeiro, facultada a defesa prévia da EMPRESA, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que a EMPRESA foi oficialmente comunicada, salvo para a sanção estabelecida na alínea *c* do parágrafo primeiro, cuja defesa deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias, contado da abertura de vista.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a EMPRESA descumprir qualquer obrigação, e será expedida pela Presidência do TJPA.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A multa é a sanção pecuniária que será imposta à EMPRESA pelo atraso injustificado na entrega do objeto, e será aplicada nos seguintes percentuais:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, calculado desde o primeiro dia de atraso sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;
- c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total desta ata, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nas alíneas *a* e *b* deste subitem;
- d) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada da adjudicatária em assinar a ata de registro de preços ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total de entrega do pedido, ou rescisão da nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; sem prejuízo da aplicação do disposto nas alíneas *a*, *b* e *c* deste subitem.
- e) 20% (vinte por cento) sobre o valor da ata, pelo descumprimento de qualquer cláusula desta ata, exceto prazo de execução e casos previstos nas alíneas anteriores.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A multa será formalizada por termo de aplicação de penalidade e será executada após regular processo administrativo, garantida à EMPRESA o direito de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos dos §§2º e 3º do art. 86 da Lei nº. 8.666/1993, na seguinte ordem:

- a) mediante desconto no valor das parcelas devidas à EMPRESA; e
- b) mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Se preferir, poderá a EMPRESA efetuar o pagamento ou autorizar expressamente o desconto do valor da multa aplicada dos pagamentos pendentes, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega do objeto, se dia de expediente normal no TJPA, ou no primeiro dia útil seguinte.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado o atraso não superior a 05 (cinco) dias.

**PARÁGRAFO NONO** – O TJPA poderá, mediante despacho fundamentado, suspender a aplicação da penalidade de multa nos casos em que o valor for considerado irrisório.

a) Para fins de aplicação deste parágrafo, será considerado irrisório valor igual ou inferior a 2% (dois por cento) do previsto no art. 24, II da Lei nº 8.666/1993.

b) Nos casos de reincidência, mesmo que o valor da multa seja irrisório, a penalidade deverá ser aplicada cumulativamente com os efeitos e o valor de multa cuja exigibilidade tenha sido suspensa anteriormente.

c) Para determinar a reincidência no descumprimento do ajuste, serão considerados os antecedentes da EMPRESA nos últimos 12 (doze) meses, contados a partir da primeira ocorrência, ainda que sobrestada, não importando se decorrente de fato gerador distinto.

d) Para efeito de enquadramento como valor irrisório, deverá ser considerado, individualmente, cada evento incidente sobre o mesmo fato gerador da obrigação que resulte em aplicação da respectiva penalidade.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e a ata de registro de preços poderão ser rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que deverá ser penalizado na forma da alínea *b* do parágrafo quarto.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – A sanção pecuniária prevista na alínea *e* do parágrafo quarto não se aplica nas hipóteses de rescisão que não ensejam penalidades.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – A sanção de impedimento prevista no *caput* desta cláusula será aplicada de acordo com os prazos a seguir:

a) por até 01 (um) ano, quando a licitante vencedora convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar a ata de registro de preços, retirar a nota de empenho ou a ordem de autorização (*caput*, alínea *a*); deixar de entregar a documentação exigida para o certame (*caput*, alínea *b*); ou não mantiver sua proposta, injustificadamente (*caput*, alínea *e*);

b) de 01 (um) a 02 (dois) anos, quando a EMPRESA ensejar o retardamento da execução do objeto desta ata de registro de preços, devendo ser considerados os prejuízos causados à Administração (*caput*, alínea *d*);

c) de até 02 (dois) anos, quando a EMPRESA falhar na execução do objeto desta ata de registro de preços (*caput*, alínea *f*);

d) de até 05 (cinco) anos, quando a EMPRESA apresentar documento falso ou fizer declaração falsa (*caput*, alínea *c*); fraudar na execução do objeto desta ata de registro de preços (*caput*, alínea *f*); comportar-se de modo inidôneo (*caput*, alínea *g*); ou cometer fraude fiscal (*caput*, alínea *h*).

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a EMPRESA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção de impedimento aplicada.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** – A declaração de inidoneidade, sua extinção e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinados ou vinculados à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº. 8.666/1993.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** – Assegurado o direito à ampla e prévia defesa e ao contraditório, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e obrigatoriamente registrada no SICAF devendo constar:

- a) a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;
- b) o prazo do impedimento para licitar e contratar ou da declaração de inidoneidade;
- c) o fundamento legal da sanção aplicada;
- d) o nome ou a razão social da empresa punida, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal (CPF/CNPJ).

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** – As sanções serão aplicadas pela Presidência do TJPA, à vista dos motivos informados na instrução processual.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** – É facultado à EMPRESA interpor recurso contra a aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento (suspensão temporária) no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** – O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado, devendo neste caso a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** – Da declaração de inidoneidade aplicada caberá pedido de reconsideração à autoridade que aplicou a penalidade, que deverá ser apresentado no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO** – Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES** – Esta ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade autárquica e fundacional que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do TJPA.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – As demais entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso desta ata, deverão consultar o TJPA para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Caberá à EMPRESA, beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições aqui estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes desta ata, assumidas com o TJPA.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – As contratações adicionais a que se refere esta cláusula não poderão exceder a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos fornecimentos registrados nesta ata para o TJPA.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**PARÁGRAFO QUARTO** – O quantitativo decorrente das adesões a esta ata não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item registrado nesta ata para o TJPA, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O TJPA somente poderá autorizar a adesão a esta ata após a primeira contratação solicitada em 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Após autorização do TJPA, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência desta ata.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pela EMPRESA das obrigações assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao TJPA.

**PARÁGRAFO OITAVO** – É facultada aos órgãos e entidades municipais, distritais ou de outros Estados a adesão a esta ata, devendo-se dar prioridade aos órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Pará.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE GERENCIAMENTO** – O TJPA será o órgão responsável pelos atos de controle e administração desta ata de registro de preços e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, as empresas para os quais serão emitidos os pedidos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O gerenciamento das obrigações contratuais objeto desta ata será efetuado pela Comissão de Registro de Preços do TJPA, com autoridade para exercer, como representante da Administração do TJPA, toda e qualquer ação de orientação geral e acompanhamento na execução do fornecimento objeto da presente ata.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A convocação das empresas pelo TJPA será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar o respectivo pedido.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A EMPRESA convocada na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar a nota de empenho e a ordem de autorização, ou não cumprir as obrigações estabelecidas nesta ata de registro de preços, estará sujeita às sanções previstas no edital e neste instrumento.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Quando comprovada uma dessas hipóteses, o TJPA poderá indicar a próxima EMPRESA a ser destinado o pedido, na ordem de classificação, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** – As despesas decorrentes da contratação objeto desta ata correrão à conta de recursos consignados no orçamento do TJPA para os exercícios alcançados pelo prazo de vigência da ata de registro de preços, a cargo do TJPA, tomadas as cautelas de realização de empenho prévio a cada demanda para execução do objeto da presente ata, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão na respectiva nota de empenho.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS** – Será incluído nesta ata o registro das licitantes que aceitarem cotar os preços iguais aos da licitante vencedora na ordem de classificação do certame.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A ordem de classificação das licitantes registradas na ata deverá ser respeitada nas contratações.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A condição estabelecida no *caput* desta cláusula tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Integram esta ata: o edital do Pregão Eletrônico nº 007/TJPA/2015, o termo de referência e a proposta da empresa classificada em primeiro lugar no supracitado certame.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O prazo para assinatura desta ata será de até 10 (dez) dias, contados a partir da data de homologação da licitação pelo Secretário de Administração.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes da Lei nº 8.666/1993, do Decreto Estadual nº 876/2013, da Lei nº. 8.078/1993 e da Portaria nº. 5.132/2013 do Gabinete da Presidência do TJPA.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O resumo da ata de registro de preços será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará no prazo de até 10 (dez) dias, contados da sua assinatura, condição indispensável para sua eficácia.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO** – As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Belém, Capital do Estado do Pará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Belém, 31 de março de 2015.

ANÍBAL CORRÊA PINHEIRO  
Secretário de Administração

ALLAN DE AZEVEDO ROCHA PAIXÃO  
Parada Obrigatória Com. Import. Eletrônicos.

Testemunhas:

Nome - CPF/MF 024.382.424-69

Nome - CPF/MF 888003342-53

PA-PRO-2015/00528  
LM

13.446.995/0001-60  
PARADA OBRIGATÓRIA COM. IMP.  
ELETRÔNICOS LTDA - ME  
Rua. Tuparendi, 34  
Itaquera - CEP 08220-480  
São Paulo - SP



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

**1.1 REGISTRO DE PREÇOS** para eventual aquisição de **MÓVEIS E EQUIPAMENTOS** para atendimento das necessidades do TJPA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

**1.2** O objeto está especificado no Anexo I. O certame será realizado por **ITEM** e cada item deverá eleger um vencedor. O critério de adjudicação deverá ser menor preço por item.

**2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A aquisição de **MÓVEIS E EQUIPAMENTOS** visa atender as novas demandas, bem como as solicitações de reposições necessárias ao adequado funcionamento das Unidades Judiciárias e Administrativas que compõem esta Egrégia Corte.

**3. FUNDAMENTO LEGAL**

**3.1.** A licitação deverá observar as normas e procedimentos contidos na Lei Estadual nº 6.404/2002; Decretos Estaduais nº 1.099/2003; nº 2.069/2006 e nº 876/2013, e **subsidiariamente pela** Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas correlatas, subordinado às condições e exigências estabelecidas neste termo de referência.

**4. DAS ESPECIFICAÇÕES**

**4.1.** As especificações constantes do **ANEXO I** constituem o tipo de bem que esta Corte pretende adquirir, estando passíveis de desclassificação fornecedores que apresentarem proposta de material divergente do contido em tal anexo.

**4.2.** As dimensões dos bens constantes no caderno de especificação poderão variar até 5% para mais ou para menos.

**5. DA PROPOSTA E DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS**

**5.1** A validade não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.

**5.2.** Deverá apresentar descrição técnica completa de todos os bens ofertados, com indicação de **marca e modelo**.

**5.3.** Deverão ser indicados: preço em reais, prazo de validade da proposta, prazo de garantia e prazo de entrega dos produtos.

**6. DA EXPECTATIVA DE PRIMEIRO PEDIDO**

**6.1** Para efeito de planejamento da contratada, esta Corte poderá, já na primeira requisição, solicitar até 30% do total registrado para cada item, com o fim de atender a demanda reprimida.

**7. DO PRAZO DE ENTREGA DOS BENS**

**7.1** Os bens deverão ser entregues no **prazo máximo de 30 (trinta) dias** a contar do recebimento da Nota de Empenho e do pedido de material, estando sujeito o fornecedor às multas contratuais uma vez expirado o prazo supramencionado.

**8. DO LOCAL DE ENTREGA**

**8.1** Os produtos adquiridos deverão ser entregues no Almojarifado Central, situado na Rodovia Augusto Montenegro - Km 4 - Belém/PA - Referência: ao lado do Condomínio Montenegro Boulevard - em frente ao Shopping Parque Belém;

**8.2** Horário de entrega, das 8h às 16h, de segunda a sexta-feira;

**8.3** Contatos: (91) 3205-2439 / 2440 / 81213707 - Sr. Clackson Mendonça Duarte;

**8.4** As despesas operacionais decorrentes da entrega dos objetos em tela correrão por conta da empresa fornecedora.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**9. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

**9.1.** No ato da entrega o recebimento dos bens se dará de forma provisória.

**9.2.** Os bens inicialmente recebidos de forma provisória serão recebidos definitivamente em até 8 (oito) dias úteis após a verificação da conformidade de suas características com as solicitadas no anexo I deste Termo de Referência.

**9.3.** Se após o recebimento provisório constatar-se que os bens foram entregues em desacordo com as especificações, com defeito ou incompletos, a contratada será notificada e terá o prazo de 15 dias corridos para sanar todas as inconsistências, sob pena da aplicação das sanções previstas nos casos de inexecução contratual.

**10. DO PAGAMENTO**

**10.1.** O pagamento será efetuado, em até 30 dias corridos, com a apresentação da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal (is), tendo sido cumpridos todos os critérios estabelecidos neste Termo de Referência e estando devidamente atestada a nota.

**10.2.** Os valores da(s) Nota(s) Fiscal (is) deverão estar de acordo com a nota de empenho. Em caso de divergência, será estabelecido prazo para a empresa fornecedora fazer a substituição desta(s) Nota(s) Fiscal (is).

**11. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

**11.1** A garantia dos bens deverá ser de **no mínimo 01 (um) ano**, contados do recebimento definitivo, sem qualquer ônus adicional para o TJPA.

**11.2** Quando for o caso, os bens deverão possuir manual em língua portuguesa e assistência técnica nesta capital ou região metropolitana de Belém, devendo a contratada fornecer os dados da rede credenciada autorizada quando da assinatura da Ata de Registro de Preços, informando nome das empresas, endereços e telefones;

**12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**12.1** Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a Contratada possa fornecer o objeto dentro das especificações exigidas neste Termo de Referência;

**12.2** Emitir Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente aos bens solicitados;

**12.3.** Encaminhar a Nota de Empenho para a Contratada;

**12.4.** O TJPA deverá acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços por meio de um representante de seu quadro, especialmente designado para tanto;

**12.5.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações na forma e prazos estabelecidos;

**12.6.** Notificar, por escrito, a Contratada na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução da Ata de Registro de Preços, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas neste Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços;

**12.7.** Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste Termo de Referência.

**13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**13.1.** Fornecer os bens conforme especificações, marcas, validade/garantia e preços propostos na licitação, e nas quantidades solicitadas pelo TJPA;

**13.2.** O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em língua portuguesa, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

**13.3.** Arcar com qualquer prejuízo causado à Administração ou a terceiros por seus empregados ou preposto de transportadoras durante a entrega dos bens;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

- 13.4.** Comunicar à Contratante toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante a fase de fornecimento do produto;
- 13.5.** Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação necessárias para a contratação com a Administração Pública, apresentando sempre que exigidos, os comprovantes de regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômica;
- 13.6.** Acatar as exigências do Termo de Referência e editalícias, sujeitando-se à fiscalização da Contratante, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 13.7.** Os produtos deverão ser entregues acondicionados de forma a preservar o seu perfeito estado físico, facilitando o seu transporte e depósito;
- 13.8.** A Contratada deverá agendar a data e o horário da entrega com o Fiscal da Ata de Registro de Preços, pelos telefones (91) 3205-2439 / 2440 / 2441;
- 13.9.** Cumprir fielmente os planos da metodologia de execução e fornecer os equipamentos e acessórios segundo os parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações do fabricante;
- 13.10.** Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações desta licitação, respondendo por quaisquer danos causados aos equipamentos desde o transporte dos mesmos até sua entrega final no local indicado;
- 13.11.** Substituir, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da notificação, qualquer material defeituoso que houver fornecido;
- 13.12.** Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao TJPA e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações oriundas da contratação;
- 13.13.** Fornecer os dados da rede credenciada de assistência técnica em Belém-PA quando da assinatura da Ata de Registro de Preços, informando nome das empresas, endereços e telefones;
- 13.14.** Não subcontratar qualquer parte do objeto licitatório.
- 13.15.** Apresentar na fase de habilitação, toda a documentação necessária à comprovação da habilitação jurídica da empresa bem como a documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme previsão expressa na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### **14. DAS PENALIDADES**

- 14.1.** Pela inexecução total ou parcial e pelo descumprimento de qualquer das obrigações previstas neste termo de referência serão aplicadas as penalidades previstas no instrumento convocatório e no contrato.

#### **15. DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 15.1.** Será fiscal da Ata de Registro de Preços o **Chefe do Serviço de Controle de Bens Patrimoniais**.

#### **16. DAS ATRIBUIÇÕES DO FISCAL**

- 16.1** Conferir se os bens entregues estão conforme as especificações contidas no termo de referência;
- 16.2.** Atestar as notas fiscais;
- 16.3** Encaminhar as notas fiscais para pagamento;
- 16.4** Notificar por escrito o atraso na entrega dos bens, ou o descumprimento de quaisquer cláusulas contratuais ao DPS para conhecimento e providências junto à SEAD no sentido da aplicação das sanções cabíveis; e
- 16.5** Manter contato com o preposto/representante da contratada com vistas a garantir o cumprimento integral da Ata de Registro de Preços.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	<b><u>CAFETEIRA ELÉTRICA:</u></b> Cafeteira elétrica; em aço escovado; com capacidade para até 24 cafezinhos de 50ml; jarra térmica em vidro; Função timer que permite programar até 24 horas de antecedência; Sistema corta-pingos; Display digital; Indicador do nível de água e desligamento automático após 10 minutos; Opções de temperatura: 2; bandeja coletora de resíduos removível; alimentação bivolt; garantia de 12 meses; partes plásticas na cor preta.	10	R\$ 119,00	R\$ 1.190,00
02	<b><u>LIQUIDIFICADOR:</u></b> Liquidificador na cor preta; com 5 velocidades; com função pulsar; capacidade mínima do copo: 2 litros; Bivolt; manual em português e assistência técnica nesta capital.	5	R\$ 124,00	R\$ 620,00
03	<b><u>APARELHO TELEFÔNICO COM FIO:</u></b> Com acionamento por teclas; aparelho compatível com a Rede de Telecomunicações, Central tipo CPA (Controle por programa Armazenado) e centrais PABX; teclado decádico e multifrequência, dotado das seguintes funções: tecla mudo; tecla flasch; tecla pausa; tecla tom; tecla rediscar; teclas * e #; controle de volume da campainha (alto, médio e baixo); controle de alteração do timbre da campainha; controle de alteração do tipo de sinalização do telefone do telefone de multifrequencial (T) para decádico (P) e vice-versa; cor cinza ou grafite; manual de instruções em português; assistência Técnica nesta Capital.	840	R\$ 39,18	R\$ 32.911,20
04	<b><u>APARELHO TELEFONE SEM FIO, NA COR PRETA:</u></b> Dotado das seguintes funções: tecla mudo; tecla flasch; tecla pausa; tecla tom; tecla rediscar; teclas * e # ; controle de volume da campainha; controle de alteração do tipo de sinalização do telefone de multifrequencial (T) para decádico	100	R\$ 122,50	R\$ 12.250,00



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

	(P) e vice-versa; alimentação AC c/ fonte 100 – 240 V ~50/60 Hz (automático); frequência operacional: na faixa de GHz; identificação de chamadas; agenda para o mínimo de 20 números; busca alfabética; opções de toque; armazenamento de chamadas; memória para rediscagem mínima dos 10 últimos números; cor cinza ou grafite; manual de instruções em português; assistência técnica nesta Capital, com bateria recarregável.			
05	<b><u>SOFÁ DE 03 LUGARES COM BRAÇOS NA COR PRETA – DIM. 2,70 X 0,80M (MEDIDAS APROXIMADAS).</u></b>  Sofá luxo com braços laterais para sala de espera com peça única de assento e encosto anatômico, em espuma injetada de 10 mm, dotado de manta de espuma protetora entre assento, encosto e revestimento. Laterais e compensado moldado revestido totalmente em espuma injetada de 10 mm de espessura e densidade mínima de 55 Kg/m <sup>3</sup> . Estrutura dotada de 02 barras de aço na transversal em chapa de aço de 1,2 cm revestido totalmente. Laterais dotadas de sapatos deslizantes e reguladoras de nível. O Sofá será todo revestido em COURÍSSIMO na cor PRETA.	30	R\$ 876,30	R\$ 26.289,00
06	<b><u>MESA DE CENTRO EM VIDRO COM PORTA REVISTA</u></b>  Mesa de centro; com tampo em vidro temperado incolor com espessura mínima de 10mm; com tampo inferior em madeira com espessura mínima de 25mm (porta revistas); com base em tudo de alumínio polido; com as seguintes dimensões aproximadas: 100cm (C) x 35cm (H) x 70cm (P); distância mínima entre os tampos 25cm.	10	R\$ 777,24	R\$ 7.772,40
07	<b><u>CARRINHO PARA TRANSPORTE DE PROCESSOS 100 kg</u></b>  - Estrutura em Alumínio de alta resistência; - Alça retrátil com dispositivo de segurança; - Empunhadura emborrachada; - Duas rodas de 7" revestida em borracha sintética; - Plataforma em alumínio fundido retrátil; - Rodas e plataforma estender-se recolher-se	350	R\$ 127,24	R\$ 44.534,00



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

	simultaneamente; -Capacidade de carga mínima: 100 kg; - Medidas aproximadas: - Comprimento total: 0,45 m; - Largura total: 0,49 m; - Comprimento da plataforma: 0,28 m; - Largura da plataforma: 0,485 m; - Altura da alça: 0,73 até 1,08 m; - Carrinho fechado: 0,73 x 0,05 x 0,48 m (AxPxL); - Deve possuir corda elástica para amarração com gancho nas pontas para atracação.			
08	<b><u>CARRO PARA TRANSPORTE DE CARGA TIPO ARMAZÉM EM AÇO</u></b> Deve possuir quadro em aço, reforçado; Deve possuir capacidade de carga mínima de 180 kg; medidas aproximadas altura de 1000mm; largura total do quadro, 500mm; base de apoio (nariz), 340mm x 240mm (L x P); rodas pneumáticas com dimensões aproximadas de 360mm x 80mm (H xP).	15	R\$ 276,14	R\$ 4.142,10
09	<b><u>CARRO PARA SUPERMERCADO, TIPO ATACADO</u></b> Deve ser na cor cinza; deve ter capacidade mínima para 180 litros; com cesto em arame e friso protetor; Com acabamento zincado; sem porta bebê; sem estrado. Medidas aproximadas: 900mm de comprimento, 760mm de largura, 960mm de altura. Acabamento: Pintura Eletrostática a Pó.	15	R\$ 395,84	R\$ 5.937,60
10	<b><u>CADEIRA DE RODAS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 120KG</u></b> Especificações mínimas: Deve ser fabricada em aço carbono, com capacidade mínima para 120kg, dobrável, com encosto almofadado, assento almofadado em nylon, freios bilaterais, aro impulsor bilateral, X duplo reforçado na estrutura, apoio para os braços escamoteáveis, apoio para os pés com regulagem de altura, rodas traseiras aro 24" em alumínio com pneus infláveis e dianteiras aro 06" com pneus maciços. Protetor de raio e protetor lateral de roupa. Medidas aproximadas: Largura do Assento: 50 cm; Profundidade do Assento: 47 cm; Altura Encosto: 40 cm; Altura do Assento ao Chão: 50 cm; Comprimento Total da Cadeira: 100 cm;	10	R\$ 1.250,00	R\$ 12.500,00





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

	Largura Total Aberta: 72 cm; Largura Total Fechada: 32 cm; Altura do Chão à Manopla: 87 cm; Peso da Cadeira: 18 kg; Capacidade mínima aceita: 120 kg; Altura do Chão ao AP de Braço: 69 cm; Altura do Assento ao AP de Braço: 20 cm.			
11	<b><u>PURIFICADOR DE AR COM CAPACIDADE PARA 120 m<sup>3</sup>:</u></b>  Deverá ter eficácia; deverá possuir designe moderno; deverá ter eficácia comprovada na eliminação de ácaros, fungos, vírus, bactérias e demais alérgenos; o equipamento deverá dispensar manutenção; o equipamento deverá dispensar a troca de filtros e refis; deverá ter baixo consumo de energia; o equipamento deverá ser absolutamente silencioso; tensão 127v. Deverá ter garantia mínima de 01 (um) ano para defeito (s) de fabricação, manual em português e assistência técnica nesta capital.	210	R\$ 327,00	R\$ 68.670,00
12	<b><u>ARMÁRIO COFRE:</u></b>  Corpo e portas fabricados em chapa nº 18; com 02 portas de abrir com 05 prateleiras reguláveis; Medidas aproximadas: 200cm(h) x 90cm(c) x 50cm(p); deverá ter fechadura tetra-chave com volante e disco, 03 combinações de segredo com 04 pinos em cada lado da porta travando internamente, peso aproximado: 126 Kg.	15	R\$ 3.300,00	R\$ 49.500,00
13	<b><u>APOIO PARA PÉS NA COR PRETA:</u></b>  Especificações mínimas: Apoio para os pés, na cor preta; com regularem de altura e ângulo desejado; Com piso antiderrapante; Com alteração do ângulo por deslizamento; Estrutura tubular com acabamento em pintura com sistema eletrostático; Estrutura tubular com acabamento em pintura com sistema eletrostático; Com 04 sapatas; Medidas aproximadas: Plataforma: 465 x 305 x 15mm.; Medida do ferro tubular: ½"; Peso aproximado: 2,400 kg; Cor: Plataforma preta, armação metálica preta; Altura: 120mm.	250	R\$ 88,73	R\$ 22.182,50
14	<b><u>APARELHO DE AR CONDICIONADO BI-SPLIT (2 X 12.000):</u></b>  Bi-Split, branca, ciclo frio, com uma condensadora de 24.000 e duas evaporadoras	10	R\$ 1.217,99	R\$ 12.179,90



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

	<p>de 12.000 (2 x 12.000) Btu/h, 220V. Deverá ser na cor "Branca"; Deverá ter controle remoto individual, sem fio, com display de cristal líquido, possibilitando o comando de operação, temperatura e velocidade de insulflamento de ar; Status de programação, temperatura desejada e modo de funcionamento; Movimento de controle automático de direcionamento vertical do ar. A unidade evaporadora deverá ser de material preferencialmente em termoplástico de alta resistência, com bandeja coletora de condensado, protegida contra corrosão; A ventilação centrífuga com dupla aspiração de acionamento direto, com baixo nível de ruídos, segundo normas pertinentes; Insulflamento e retorno de ar diretamente no ambiente, sem necessidade de rede de dutos; O filtro de ar em tela lavável; Deverá processar o reinício automático de operação, quando da falta de energia e posterior retorno; Deverá ter botão de acionamento de emergência, em caso de perda ou dano do controle remoto; A Unidade condensadora deverá ter gabinete construído preferencialmente em aço, com pintura de alta performance para instalação ao tempo; O compressor deverá ser hermético de acionamento direto, rotativo ou scroll; O manual deverá ser em português; e Deverá possuir assistência técnica nesta Capital.</p>			
15	<p><b><u>APARELHO DE AR CONDICIONADO BI-SPLIT (2 X 18.000):</u></b></p> <p>Bi-Split, branca, ciclo frio, com uma condensadora de 36.000 e duas evaporadoras de 18.000 (2 x 18.000) Btu/h, 220V. Deverá ser na cor "Branca"; Deverá ter controle remoto individual, sem fio, com display de cristal líquido, possibilitando o comando de operação, temperatura e velocidade de insulflamento de ar; Status de programação, temperatura desejada e modo de funcionamento; Movimento de controle automático de direcionamento vertical do ar. A unidade evaporadora deverá ser de material preferencialmente em termoplástico de alta resistência, com bandeja coletora de condensado, protegida contra corrosão; A ventilação centrífuga com dupla aspiração de acionamento direto, com baixo nível de ruídos, segundo normas pertinentes; Insulflamento e retorno de ar diretamente no ambiente, sem</p>	10	R\$ 3.120,00	R\$ 31.200,00



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

	necessidade de rede de dutos; O filtro de ar em tela lavável; Deverá processar o reinício automático de operação, quando da falta de energia e posterior retorno; Deverá ter botão de acionamento de emergência, em caso de perda ou dano do controle remoto; A Unidade condensadora deverá ter gabinete construído preferencialmente em aço, com pintura de alta performance para instalação ao tempo; O compressor deverá ser hermético de acionamento direto, rotativo ou scroll; O manual deverá ser em português; e Deverá possuir assistência técnica nesta Capital.			
16	<b><u>CARRINHO DE LIMPEZA FUNCIONAL:</u></b>  Fabricados em Polipropileno de alta resistência com colunas em alumínio anodizado, com 04 rodízios giratórios de 04 polegadas que possibilitam seu fácil deslocamento. Tampa bipartida com compartimento de objetos e acessórios. Medidas aproximadas: Altura 1,00 X Largura 0,57 X Comprimento 1,16 m. Fixação para sacos de lixo e placa sinalizadora de piso molhado com medidas aproximadas de A 0,88 x L 0,33 x P 0,27 m.	15	R\$ 404,54	R\$ 6.068,10
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 337.946,80</b>	

**PORTARIA DE DIÁRIA Nº 526/2015 - SP, DE 23 DE MARÇO DE 2015.**

Nome: ANTÔNIO DE SOUZA VIANA / Cargo: OFICIAL DE JUSTIÇA / Matrícula: 38430 / Nº. de Diárias: ½ (meia) / Origem: ITAITUBA/PA / Destino: TRAIRÃO/PA / Período: 23/03/2015 / Objetivo: AUXILIAR MAGISTRADO EM AUDIÊNCIAS.

**PORTARIA DE DIÁRIA Nº 527/2015 - SP, DE 23 DE MARÇO DE 2015.**

TORNAR SEM EFEITO, A PORTARIA DE Nº 740-SP, DE 29/05/2013, QUE AUTORIZOU O PAGAMENTO DE ½ (meia) DIÁRIA, A MAGISTRADA LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES, REFERENTE AO DESLOCAMENTO A NOVO REPARTIMENTO/PA, NO DIA 29/05/2013.

**PORTARIA DE DIÁRIA Nº 529/2015 - SP, DE 24 DE MARÇO DE 2015.**

Nome: VANDERLEY DE OLIVEIRA SILVA / Cargo: JUIZ DE DIREITO / Matrícula: 24341 / Nº. de Diárias: ½ (meia) / Origem: BELÉM / Destino: MACAPÁ/AP / Período: 27/03/2015 / Objetivo: MINISTRAR PALESTRAS EM ÓRGÃOS PÚBLICOS E ESCOLAS EM CUMPRIMENTO A AGENDA DA COMISSÃO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL.

**PORTARIA DE DIÁRIA Nº 529/2015 - SP, DE 24 DE MARÇO DE 2015.**

Nome: DILCELE FERNANDES DE OLIVEIRA POTHER FURTADO / Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIA / Matrícula: 58980 / Nº. de Diárias: 2½ (duas e meia) / Origem: BELÉM / Destino: BARCARENA/PA / Período: 24 A 26/03/2015 / Objetivo: PARTICIPAR DO EVENTO PROGRAMA MULHER: VIVER SEM VIOLÊNCIA.

**PORTARIA DE DIÁRIA Nº 530/2015 - SP, DE 24 DE MARÇO DE 2015.**

Nome: SÁVIO JOSÉ DE AMORIM SANTOS / Cargo: JUIZ DE DIREITO / Matrícula: 82937 / Nº. de Diárias: 1 (uma) / Origem: PARAGOMINAS/PA / Destino: MÃE DO RIO/PA / Período: 24 E 26/03/2015 / Objetivo: REALIZAR AUDIÊNCIA.

**PORTARIA DE DIÁRIA Nº 531/2015 - SP, DE 24 DE MARÇO DE 2015.**

Nome: VANESSA CRISTINA SOUZA DA SILVA / Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO / Matrícula: 88145 / Nº. de Diárias: 1 (uma) / Origem: ABAETUBA/PA / Destino: IGARAPÉ MIRIM/PA / Período: 30 E 31/03/2015 / Objetivo: REALIZAR ESTUDO SOCIAL.

**PORTARIA DE DIÁRIA Nº 532/2015 - SP, DE 24 DE MARÇO DE 2015.**

TORNAR SEM EFEITO, A PORTARIA DE Nº 039-SP, DE 16/01/2015, QUE AUTORIZOU O PAGAMENTO DE 1½ (uma e meia) DIÁRIA, AO SERVIDOR, DÉCIO DE LIMA OLIVEIRA, REFERENTE AO DESLOCAMENTO A ANAPÚ/PA, NO PERÍODO DE 20 A 21/01/2015.

**PORTARIA DE DIÁRIA Nº 533/2015 - SP, DE 24 DE MARÇO DE 2015.**

Nome: SILVIO CESAR DOS SANTOS MARIA / Cargo: JUIZ DE DIREITO / Matrícula: 30252 / Nº. de Diárias: 2½ (duas e meia) / Origem: BELEM/PA / Destino: SÃO PAULO/SP / Período: 25 A 27/03/2015 / Objetivo: REALIZAR VISITA TÉCNICA AO TJSP.

**PORTARIA DE DIÁRIA Nº 534/2015 - SP, DE 24 DE MARÇO DE 2015.**

Nome: VERA ARAUJO DE SOUZA / Cargo: DESEMBARGADORA / Matrícula: 1948 / Nº. de Diárias: 2½ (duas e meia) / Origem: BELÉM/PA / Destino: IGARAPÉ MIRIM E BARCARENA/PA / Período: 24 A 26/03/2015 / Objetivo: PARTICIPAR DO EVENTO, PROGRAMA MULHER: VIVER SEM VIOLÊNCIA.

Protocolo 812458

**Extrato da Ata de Registro de Preço nº. 006/2015/TJPA - Pregão Eletrônico nº. 007/TJPA/2015 // Objeto é o registro de preços para eventual aquisição de móveis e equipamentos para atendimento das necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Pará // Empresa: GAMA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS - EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 18.255.981/0001-83, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, à Rua João Bettega, nº 513, conjunto 12 Portão, Cep.: 81.070-000, fone: (41) 3388-3405/3388-3406, e-mail: licita@gamacomercio.com.br / DNMX6 COMERCIAL LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 14.689.624/0001-05, com sede na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, à Praça Presidente Getúlio Vargas, nº 35, S/A 1006, bairro Centro, Cep.: 29.010-350, fone: (27) 3022-1420, dnmx6@dnmx6.com.br // PARADA OBRIGATORIA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE ELETRÔNICOS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.446.995/0001-60, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Tuparendi, nº 34, bairro Itaquera Cep.: 08.220-480, e-mail: palmar@terra.com.br, fone: (11) 2781-1022/2074-1458/97014-2688 // UNIVERSAL MÓVEIS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 21.041.143/0001-11, com sede na cidade de Marituba, Estado do Pará, à Rua da Cerâmica nº 23, Bairro Novo Horizonte, fone: (91) 3292-0451/98073-9491, e-mail: universalmoveis7@gmail.com // HAIJEL COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.696.494/0001-04, com sede na cidade de Goiânia, Estado do Goiás, à Avenida T7, nº 62, Quadra 30, Lote 02, Setor Oeste, Cep.: 74.140-110, e-mail: comercial@munidodareabilitacao.com.br, fone: (62) 3251-8770 // SOLLUTEC TECNOLOGIA E EIRELI - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 21.103.191/0001-97, com sede na cidade de Brasília, Estado do Distrito Federal, ao Condomínio Jardim Botânico VI, Conjunto "E" - Lote 09, Lago Sul, Cep.: 71.680-369, fone: (61) 35743669 // Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 02.122.1297.4654 // Natureza da Despesa: 449052;**

Fonte de Recursos: 0118// Data da assinatura: 31/03/2015// Responsável pela assinatura: Aníbal Corrêa Pinheiro - Secretário de Administração// Ordenador Responsável: Maria de Nazaré Rendeiro Saleme.

Protocolo 812871

**TRIBUNAIS DE CONTAS****TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ****SUPRIMENTO DE FUNDO****PORTARIA Nº 0366/2015 - TCM DE 20/03/2015**

Conceder SUPRIMENTO DE FUNDOS à servidora ELISA DO SOCORRO MELO RESQUE, matrícula nº 500000363, Analista de Controle Externo - TCM.ACE.B/10, no total de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para Passagens e Despesas com Locomoção na rubrica 030101.01.032.1303.6259-339033, sendo o período de aplicação de 15 (quinze) dias após o crédito, devendo a prestação de contas ser efetuada no prazo de 10 (dez) dias, após a aplicação do recurso.

Protocolo 812268

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 082 A 091/2015/TCM**

PUBLICAÇÕES: 01/04, 06/04 e 10/04.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 082/2015/GAB. AUD****MÁRCIA COSTA/TCM-PA****(PROCESSO Nº 201302419-00)**

De Notificação, com prazo de 15 (quinze) dias, ao Senhor Gilberto Pessoa.

A Auditora do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso das atribuições conferidas pelo art. 19, II da Lei Orgânica - LOTCM e com fundamento no art. 38, §1º do referido diploma legal, notifica, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, o Senhor Gilberto Pessoa, Prefeito Municipal de Santa Izabel do Pará, para que no prazo de 15 (quinze) dias, contados da 3ª publicação, encaminhe os seguintes documentos/informações com vistas ao saneamento do Processo nº 201302419-00, que trata da solicitação de registro de 49 (quarenta e nove) Contratos Temporários celebrados entre aquela Prefeitura e MARIA DO SOCORRO OLIVEIRA DE BARROS e OUTROS, tendo em vista as manifestações da DCAI, responsável pela Instrução, e de minha Assessoria, que fazem parte integrante da presente NOTIFICAÇÃO:

1. Demonstração das razões que subsidiaram as contratações em caráter excepcional e precário (art. 37, IX da CF/88 e art. 3º, III, alínea "b" da IN nº 05/2003);
2. Comprovação do atendimento ao princípio da publicidade (art. 37 da CF/88);
3. Justificativa quanto à remessa intempestiva dos atos para registro (art. 2º da IN nº 05/2003);
4. Justificativa para celebração de mais de 800 (oitocentos) contratos temporários em 2013, sem a realização do devido concurso público (art. 37, II da CF/88);
5. Tabela salarial de servidores efetivos para servir de parâmetro quanto à divergência da remuneração para o cargo de Professor Nível I, Licenciatura Plena em Pedagogia (Contratos nº 01, 03, 04 e 07/2013: R\$ 1.154,00; Contratos nº 034 e 035/2013: R\$ 1.175,79).
6. O não atendimento a esta notificação além de impossibilitar o registro dos atos, configura infração passível de multa prevista no art. 56, I c/c art. 38, §2º do LOTCM, pela obstrução ao exercício das ações de controle externo e descumprimento da norma contida no art. 137, §1º do RITCM, sem prejuízo da cominação cabível pela remessa intempestiva e incompleta da documentação necessária à instrução processual, conforme prevê o art. 57, III, alínea "a" do mesmo diploma legal.

Belém, 01 de abril de 2015.

Márcia Tereza Assis da Costa - Auditora TCM/PA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 083/2015/6ª CONTROLADORIA/TCM****(PROCESSO Nº 20140906-00)**

De Notificação, com prazo de 10 (dez) dias, a Senhora Valdenira dos Santos Menezes da Cunha.

O Conselho do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelo art. 67, VII do Ato nº 16/2013 (RITCM/PA), Notifica através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, a Senhora Valdenira dos Santos Menezes da Cunha, Secretária Municipal de Saúde de Santarém, no exercício financeiro de 2014, para que, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da 3ª publicação, adote as providências necessárias para atender ao solicitado no parecer AB/248/2015/6ª CONTROLADORIA/ALCIHAR LOBATO. Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará Belém, 01 de abril de 2015.

Conselheiro Aloísio Chaves - Relator/6ª Controladoria/TCM

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 084/2015/6ª CONTROLADORIA/TCM****(PROCESSO Nº 20140906-00)**

De Notificação, com prazo de 10 (dez) dias, a Senhora Valdenira dos Santos Menezes da Cunha.

O Conselho do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelo art. 67, VII do Ato nº 16/2013 (RITCM/PA), Notifica através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, a Senhora Valdenira dos Santos Menezes da Cunha, Secretária Municipal de Saúde de Santarém, no exercício financeiro de 2014, para que, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da 3ª publicação, adote as providências necessárias para atender ao solicitado no parecer AB/248/2015/6ª CONTROLADORIA/ALCIHAR LOBATO. Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará Belém, 01 de abril de 2015.

Conselheiro Aloísio Chaves - Relator/6ª Controladoria/TCM

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 085/2015/5ª CONTROLADORIA/TCM****(PROCESSO Nº 201504543-00)**

De Notificação, com prazo de 15 (quinze) dias, ao Senhor Osvaldo Freitas Pereira.

O Conselho do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do art. 50 da Lei Complementar nº 84/2012 (Lei Orgânica do TCM), Notifica através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, o Senhor Osvaldo Freitas Pereira, Prefeito Municipal de Inhangá, para que, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da 3ª publicação, apresente neste TCM-PA a prestação de contas dos 2º e 3º quadrimestres referentes ao exercício financeiro de 2014, sob pena de lhe ser imputada responsabilidade por todos os recursos públicos recebidos nos referidos períodos.

Fica o Sr. Osvaldo Freitas Pereira advertido de que a omissão no dever de prestar contas no prazo assinalado a sujeitará à instauração de Tomadas de Contas Especial com base no disposto no art. 28, § 4º da Lei Complementar Estadual nº 084/2012 e, ainda, a remessa dos autos ao Ministério Público para propositura de Ação de Improbidade Administrativa, bem como, à imediata remessa de representação ao Excm. Governador do Estado solicitando intervenção no município de Inhangá, ao teor do que exige o art. 84, II, combinado com o art. 85, I, da Constituição do Estado do Pará. Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará Belém, 01 de abril de 2015.

Conselheiro Daniel Lavareda - Relator/5ª Controladoria/TCM

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 086/2015/5ª CONTROLADORIA/TCM****(PROCESSO Nº 201504624-00)**

De Notificação, com prazo de 15 (quinze) dias, a Senhora Raimunda da Costa Araújo.

O Conselho do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do art. 50 da Lei Complementar nº 84/2012 (Lei Orgânica do TCM), Notifica através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, a Senhora Raimunda da Costa Araújo, Prefeita Municipal de Maracanã, para que, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da 3ª publicação, apresente neste TCM-PA a prestação de contas do 3º quadrimestre referente ao exercício financeiro de 2014, sob pena de lhe ser imputada responsabilidade por todos os recursos públicos recebidos nos referidos quadrimestres.

Fica a Sr. Raimunda da Costa Araújo advertida de que a omissão no dever de prestar contas no prazo assinalado a sujeitará à instauração de Tomadas de Contas Especial com base no disposto no art. 28, § 4º da Lei Complementar Estadual nº 084/2012 e, ainda, a remessa dos autos ao Ministério Público para propositura de Ação de Improbidade Administrativa, bem como, à imediata remessa de representação ao Excm. Governador do Estado solicitando intervenção no município de Maracanã, ao teor do que exige o art. 84, II, combinado com o art. 85, I, da Constituição do Estado do Pará.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará

Belém, 01 de abril de 2015.

Conselheiro Daniel Lavareda - Relator/5ª Controladoria/TCM